

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E A ESTRUTURA DE PROPRIEDADE DAS EMPRESAS LISTADAS NA BM&F BOVESPA

Daniela DI DOMENICO (Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECÓ)

Sady MAZZIONI (UNOCHAPECÓ)

Neli BASTEZINI KROMBAUER (UNOCHAPECÓ)

Fábio Junior SIMIONATTO (G-UNOCHAPECÓ)

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a relação entre a responsabilidade socioambiental e a estrutura de propriedade das empresas listadas na BM&FBovespa. Quanto aos procedimentos metodológicos, o estudo caracteriza-se como descritivo, documental e de abordagem quantitativa. A população compreendeu todas as empresas listadas na BM&FBovespa e a amostra foi composta por aquelas que evidenciaram os relatórios de sustentabilidade nos anos de 2013 e de 2014. Os resultados apontaram que, em 2013, a mediana dos investimentos ambientais em relação à receita líquida foi de 0,0084 e, em 2014, ocorreu um aumento para 0,0087. As empresas com os maiores índices em 2013 foram, respectivamente, Copasa, Celpe e Oi. No ano de 2014 foram: Oi, Copasa e Celpe. Constata-se a alteração apenas da ordem das três, mas, no período, as mesmas permaneceram na liderança com os melhores indicadores ambientais. Verificou-se, ainda, que a média do indicador ambiental das empresas com menor concentração de capital é maior em relação às empresas com maior concentração de capital. Porém, o Teste de Levene apresentou significância superior a 0,05, evidenciando que as variâncias são homogêneas (variâncias iguais assumidas) e os resultados do Teste-t de igualdade de médias apontaram que o p-value não é significativo e indicam que as médias populacionais não são diferentes. De forma geral, não existe relação expressiva entre a responsabilidade socioambiental e a estrutura de propriedade.

Palavras-chave: Sustentabilidade ambiental. Estrutura de propriedade. Investimentos socioambientais.

1. INTRODUÇÃO

A estrutura de propriedade pode ser definida como a forma pelo qual o capital de uma empresa está distribuído (SOUZA, 2012). Para Braga et al. (2011) a natureza da propriedade e a identidade dos acionistas controladores exercem influência no desempenho das empresas, devido ao alinhamento de interesses e ao posicionamento estratégico.

Díaz, Gago e García (2011) destacam que a concentração de capital pode diferenciar o grau de envolvimento em práticas relacionadas à sustentabilidade. Almeida et al. (2014) afirmam que a estrutura de propriedade pode influenciar nas escolhas políticas das empresas, em especial nos aspectos relacionados à divulgação voluntária de informações acerca da sustentabilidade empresarial.

Neste sentido, além das demonstrações econômico-financeiras previstas na legislação, as empresas devem deixar transparecer suas atividades nas áreas social e ambiental, com vistas a tornarem-se relevantes e diferenciadas, mesmo sendo organizações com fins lucrativos, a fim de atrair investidores atentos e preocupados com a postura das organizações para com a sociedade (BEUREN et al., 2010).

Na percepção de Mazzioni, Di Domenico, e Zanin (2010), as empresas estão aproveitando que o desenvolvimento sustentável tornou-se uma preocupação crescente para a população e, a partir daí, utilizam esse argumento como forma de promoção perante o público, cada vez mais exigente.

Por parte das empresas, são crescentes as práticas voltadas à responsabilidade socioambiental e, assim, buscam minimizar os impactos causados pelos seus processos produtivos na sociedade em que estão inseridas e nos recursos naturais. Além disso, para que uma empresa possa manter-se competitiva, é fundamental atender as demandas da sociedade, que hoje clama pela preservação do meio ambiente.

De modo geral, a responsabilidade socioambiental pode ser definida como o conjunto de práticas sociais e ambientais voluntárias desenvolvidas pelas empresas, a fim de melhorar a qualidade de vida da sociedade (DI DOMENICO et al., 2015). Aligleri, Aligleri e Kruglianskas (2009) relacionam a responsabilidade socioambiental ao bem-estar humano que deriva do bem-estar do planeta.

Mais do que um conceito, a responsabilidade socioambiental é a adoção individual ou coletiva de práticas em benefício da comunidade e do meio ambiente, com vistas a melhorar a qualidade de vida das pessoas e de promover o desenvolvimento sustentável. Entre tais práticas sociais e ambientais destacam-se o apoio a projetos sociais, as políticas de redução de resíduos e a reutilização de recursos naturais, as quais possibilitam viabilizar o desenvolvimento sustentável e garantir mais igualdade social e menos danos ao meio ambiente (INSTITUTO CHICO MENDES, 2015).

No contexto em análise, o presente artigo questiona: Qual a relação entre a responsabilidade socioambiental e a estrutura de propriedade das empresas listadas na BM&FBovespa? E tem como objetivo analisar a relação entre a responsabilidade socioambiental e a estrutura de propriedade das empresas listadas na BM&FBovespa.

Este estudo se diferencia pela busca da relação da responsabilidade socioambiental e da estrutura de propriedade. Alguns estudos de Braga et al. (2011), Díaz, Gago e García (2011) e Almeida et al. (2014) apresentam evidências de que a concentração de capital pode influenciar no envolvimento da empresa com práticas de responsabilidade socioambiental. Estas, por sua vez, são utilizadas como fator competitivo no mercado e como busca de melhoria na imagem da empresa perante aos consumidores e à sociedade na qual está inserida. A globalização e os avanços tecnológicos trazem constantes desafios às empresas que, diante da competitividade, necessitam aprimorar seus processos produtivos. Porém, para se manterem no mercado, é preciso também dar atenção aos consumidores que exigem, cada vez mais, o comprometimento com a utilização dos recursos naturais (MAGRO et al., 2012).

Além desta introdução, o artigo está estruturado em mais quatro seções: a revisão da literatura, dividida em dois tópicos, a responsabilidade socioambiental e a estrutura de

propriedade; os procedimentos metodológicos e a análise dos resultados; e, por fim, as conclusões.

2. REVISÃO DA LITERATURA

A revisão da literatura apresenta as definições que descrevem o assunto pesquisado e serve de base para a análise dos dados coletados. Demonstra que uma sociedade só pode ser considerada desenvolvida se nela existirem organizações sólidas, com perspectivas de crescimento de curto, médio e longos prazos, e que mantêm, com ela, uma relação de parceria.

Nesta pesquisa existem conceitos que alimentam o assunto e servem de base para atender o seu desenvolvimento. Assim, na primeira parte, serão feitas abordagens acerca da estrutura de propriedade e sua influência do mercado e, no segundo momento, trata-se da importância da responsabilidade socioambiental. Por último, os estudos correlatos apresentam os resultados obtidos em artigos, textos e livros pesquisados.

2.1 ESTRUTURA DE PROPRIEDADE

A estrutura de propriedade pode ser definida como o mix de capital selecionado pela empresa para realizar seus investimentos, e tem, em sua composição, a proporção de capital de terceiros, as ações preferenciais e as ações ordinárias que maximizarão o preço da ação da empresa. Consideram-se os controles acionários com um crescimento do controle compartilhado nas organizações, tendo investidores institucionais, nacionais ou estrangeiros, como acionistas principais, em que o estrangeiro é exercido por companhia multinacional ou por investidor (DANI et al., 2013).

Em sentido amplo, a propriedade é descrita como uma riqueza colocada em risco para gerar lucro, e a responsabilidade é ter o domínio sobre determinado capital, ou empresa, gerando riqueza. Diante de tais condições, ações que minimizem estes problemas são necessárias. A alternativa proposta é a marcha da propriedade individual, ainda fortemente caracterizada nos EUA, passando da propriedade rural à propriedade coletiva, representada pelas sociedades anônimas (BERLE; MEANS, 1984).

Para Rodrigues (2014), a estrutura de propriedade é um procedimento interno relacionado ao controle do negócio e pode variar em relação à quantidade de ações mantidas pelo controlador e ao tipo de ações lançadas ao mercado. A empresa pode ser controlada diretamente pelo controlador, ou, de maneira indireta, por outra entidade, ou, ainda, estar inserida em uma estrutura que diminui a quantidade necessária de ações ordinárias que o controlador deve possuir para gerir a empresa.

Nos estudos de Silveira, Barros e Famá (2008, p. 52), observa-se que, no conflito de interesses existente no mercado das relações entre gestores e investidores, a estrutura de propriedade é um dos princípios para discipliná-lo, por meio da utilização de mecanismos, como: “[...] a estrutura de capital; a estrutura do Conselho de Administração; a política de compensação dos gestores; a competição no mercado de produtos; e o mercado de aquisições hostis [...]”.

A estrutura de propriedade é caracterizada pelo modelo de governança das companhias abertas no Brasil, com forte concentração das ações que dão direito a voto. Para proteger os interesses de propriedade, a presença do Conselho de Administração é importante, pois se constitui no elo de alinhamento entre os interesses dos acionistas e dos gestores, a fim de evitar os conflitos (SILVEIRA, 2004).

No entanto, não se deve confundir a figura do Conselho de Administração, que é o mecanismo idealizado para a efetiva realização dos interesses de grupos minoritários, com a Diretoria. Enquanto o primeiro tem caráter deliberativo, o segundo é órgão executivo (CARVALHOSA, 2003).

A consequente abertura de capitais das empresas e o desenvolvimento do mercado financeiro fizeram surgir, no mundo das organizações, o gestor profissional, que se diferencia dos gestores das empresas por não ser o proprietário, mas, sim, o executivo. Esse novo papel surge no momento em que os acionistas precisam desempenhar outros papéis, além da gestão, e também de uma maior divisão da empresa, que passa a não ter somente um ou dois donos, mas um número grande de acionistas (BALASSIANO, 2012).

É notório que, no Brasil, a importância da política de dividendos aumentou nos últimos anos devido a alguns fatores, como a redução da inflação, o crescimento de mercado e, também, pela participação das pessoas físicas na bolsa de valores. Se o valor de mercado das empresas de capital aberto for calculado a partir da multiplicação da quantidade de ações no mercado de capitais pelo preço das mesmas, o objetivo dos gestores deve ser direcionado para aumentá-las e, quando fizer isso, possibilitará a remuneração dos seus acionistas (LIMA, 2014).

No Brasil, a estrutura de propriedade e o controle das companhias são marcados por sua elevada concentração, alcançada por meio de pirâmides societárias, participações cruzadas, acordos de acionistas e emissão de ações sem direito a voto. Nesta situação, os custos de agência surgem, principalmente, do conflito de interesses entre acionistas controladores e minoritários (CAIXE; KRAUTER, 2013).

No pronunciamento conceitual básico, as demonstrações contábeis são preparadas e apresentadas para usuários externos em geral, observando suas finalidades e necessidades diversas. As demonstrações devem estar em conformidade com as normas e fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões e avaliações por parte dos usuários em geral, sem o propósito de atender finalidade ou necessidade específica de determinados grupos de usuários. Com isso, entra em questão a estrutura de propriedade que, para Lopes e Martins (2007), possui várias funções na coordenação dos vários contratos estabelecidos entre os participantes da organização. Além do papel de mensurar o desempenho da organização, a distribuição das informações aos participantes é fundamental para elevar o nível de transparência.

2.2 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A responsabilidade socioambiental pode ser definida como um conjunto de práticas sociais e ambientais desenvolvidas pelas empresas, com vistas à melhoria da qualidade de vida da sociedade. Para Tristão et al. (2013), as empresas, ao desenvolverem atividades de responsabilidade socioambiental e práticas ligadas ao meio ambiente têm uma demanda específica que, muitas vezes, não são comuns. Logo, estabelecem parcerias com Organizações Não Governamentais (ONGs) para o desenvolvimento de ações na área ambiental. Pesquisas indicam que um grande número de empresas oferece suporte financeiro para que ONGs desenvolvam atividades voltadas à educação ambiental, no intuito de contemplar a sociedade com suas ações.

Entre as práticas mais adotadas pelas empresas voltadas ao desenvolvimento sustentável destacam-se o apoio aos projetos sociais, as políticas de redução de resíduos e a reutilização de recursos naturais. Por meio destas e de outras práticas sociais e ambientais é possível viabilizar o desenvolvimento sustentável e a garantia de mais igualdade social e menos danos ao meio ambiente (INSTITUTO CHICO MENDES, 2015).

Vale destacar que a relação entre as empresas e a sociedade baseia-se num contrato social que evolui conforme as mudanças sociais e as consequentes expectativas da sociedade. Assim, a sociedade legitima a existência da empresa, reconhece suas atividades e obrigações, bem como estabelece limites legais para sua atuação. Ainda, a sociedade tem o direito de mudar suas expectativas dos negócios como instrumento dela própria (BERTONCELLO; CHANG JUNIOR, 2007).

Em linhas gerais, a responsabilidade socioambiental das empresas é um tema que tem despertado cada vez mais o interesse da mídia, do empresariado, da academia, do governo e da sociedade civil. Refere-se a um modelo de gestão empresarial com mais transparência, ética e inserção das dimensões sociais e ambientais nas decisões e nos resultados das organizações. Trata-se da obrigação de uma organização em maximizar seus impactos positivos em longo prazo e em minimizar seus impactos negativos sobre os seus indivíduos e que podem afetar a concretização dos objetivos da organização (TRISTÃO et al., 2013).

Para a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), (1988), o termo desenvolvimento sustentável contém dois conceitos chave: de necessidades básicas dos pobres de todo o mundo, que devem ser atendidas como prioridade, e de limitação dos recursos naturais, que pode impedir as gerações presentes e futuras de atenderem as suas necessidades. Ambos os conceitos, somados ao de desenvolvimento econômico, convergem ao desenvolvimento sustentável, que busca o fim da pobreza, a redução da poluição ambiental e o desperdício de recursos.

A responsabilidade socioambiental passou a ser entendida como uma necessidade de sobrevivência, estimulando as empresas a pensarem estratégias diferenciadas, caracterizadas por comportamentos que envolvem a ética ambiental. Assim, a educação ambiental pode ser definida como uma atividade intencional da prática social, que imprime ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, a fim de potencializar essa atividade humana, tornando-a mais plena de prática social e de ética (TRISTÃO et al., 2013).

Para Nunes e Neira (2014), quanto aos mecanismos empregados no processo de globalização, é interessante notar que o cidadão tem preocupação com a responsabilidade socioambiental. Afinal, se, de um lado, a produção que sustenta o consumo, ancorada pela articulação entre a ciência e o capitalismo, leva a catástrofes ambientais, de outro, desenvolvem-se estudos e manifestações em busca da construção de um mundo melhor e sustentável. Ainda, se, por um lado, muitos sujeitos da sociedade atual são escarificados com as marcas do consumismo e do individualismo, de outro, criam-se diferenciais para amenizar ou tentar deixar de lado esse efeito, muitas vezes visto como nefasto e causador de estragos socioambientais.

A responsabilidade social empresarial tornou-se um fator de competitividade para os negócios. No passado, o que identificava uma empresa competitiva era basicamente o preço de seus produtos, depois veio a etapa da qualidade, mas ainda focada nos produtos e nos serviços e, hoje, as empresas devem investir no permanente aperfeiçoamento de suas relações com todos os públicos dos quais dependem e com os quais se relacionam: clientes, fornecedores, empregados, parceiros e colaboradores. Isso inclui, também, a comunidade na qual atua o governo, sem perder de vista a sociedade, que se constroem todos os dias (TRISTÃO et al., 2013).

Vale lembrar que a sustentabilidade ambiental pode ser alcançada por meio da intensificação do uso dos recursos potenciais que correspondem à quantidade máxima de água a ser captada no seu ciclo, pois ela, nem sempre, pode ser aproveitada. Há que se levar em conta, também, o desajustamento existente entre a qualidade natural da água e a qualidade exigida para sua utilização. Por outro lado, nem sempre as zonas com maior necessidade de água coincidem com as mais ricas em recursos hídricos (SOUZA; RIBEIRO, 2013).

Para Melo Neto (1999), as empresas utilizam recursos da sociedade, os quais são considerados pelo autor como “patrimônio da humanidade”. A fim de “reparar” esta utilização, devem contribuir para a solução dos problemas sociais, portanto, uma questão relacionada à moral da atividade organizacional. Inegável é que o ambiente social atual está mudando e as organizações precisam fazer as adequações necessárias em seus negócios. Diante disto, o autor considera a existência de duas dimensões de responsabilidade social nas empresas: uma interna e outra externa, sendo que a interna tem como foco as pessoas, pois está relacionada à motivação dos empregados e seus dependentes, ou seja, na criação de um ambiente de trabalho que contribua para o seu bem-estar, e, a externa, está voltada à comunidade mais próxima da empresa ou do local de sua atuação.

Atualmente, para uma empresa manter-se competitiva e próspera, é fundamental estar atenta às dinâmicas do mercado, organizar-se internamente, estudar práticas de responsabilidade social que contribuem com a criação de processos responsáveis, além de valorizar a imagem da organização. A maioria das organizações vê as estratégias ambientais como forma de aumentar o lucro, diminuindo os problemas comprometedores da competitividade. Dessa forma, a contabilidade, aos poucos, tornou-se um elo entre as necessidades e as possibilidades, com ramificações em diversas áreas, a fim de atender seus usuários de forma mais organizada e direcionada (DI DOMENICO et al., 2015)

Com os grandes avanços industriais, tecnológicos e a globalização, a humanidade usufrui de grandes progressos e modificações no estilo de vida, porém, tudo isso acarreta em desigualdades sociais, degradação ambiental e ineficiência do Estado, gerando preocupações a todas as esferas da sociedade, como o terceiro setor, por exemplo. Neste ínterim, as iniciativas de empresas privadas se apresentam como alternativa à amenização das questões socioambientais, ocasionadas pela gradativa mudança paradigmática atual, a visão holística e sistêmica do mundo. Surge a responsabilidade socioambiental apresentada com significados, por vezes, controversos. No entanto, é notável a atuação das empresas cada vez mais envolvidas nestas práticas, como forma de promoção da qualidade de vida, transparência e valores éticos (FERREIRA; GUERRA, 2012).

Quanto à responsabilidade social, à sustentabilidade e ao desenvolvimento socioambiental, o papel da empresa é mostrar um modelo de desenvolvimento sustentável, podendo tomar a gestão de qualidade como variável. Se enquadrada no universo empresarial e organizacional fornecerá o instrumental necessário à sofisticação de produtos e processos, à eficiência energética, à conservação e racionalização de energia, à redução do nível de refugos e rejeitos produtivo-industriais, à organização e racionalização de métodos e processos, à especificação de normas e especificações, à redução dos custos de produção, à elaboração e distribuição de produtos com um nível mais elevado de sofisticação e um maior grau de incorporação tecnológica, entre outros. Surge, então, a qualidade, não somente como uma variável estratégica da organização, mas da necessidade de uma maior e mais intensa interação com o meio no qual está inserida, em que as empresas precisam buscar excelência nas relações com a comunidade onde atua e cumprir o seu papel social, além de atrair mais consumidores e investir no seu próprio futuro (RODRIGUES; COSTA, 2013).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a análise da responsabilidade socioambiental e a estrutura de capital, o estudo caracterizou-se, quanto aos objetivos, como descritivo. Objetiva descrever as características de determinada população e as informações fornecidas pelo banco de dados, tendo a interferência do pesquisador no processo de informações que foi levantado no estudo (GIL, 2008).

Quanto aos procedimentos, a pesquisa se classifica como análise documental. Conforme Raupp e Beuren (2012), a partir da análise de documentos, como livros, revistas, jornais ou secundários contemporâneos, ou até mesmo em autênticos, pode-se organizar informações perdidas, a fim de dar origem a uma nova fonte de consulta.

Quanto à abordagem do problema, é de caráter quantitativo, identificado pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados. Ao garantir a precisão dos resultados, evita distorções de análises e de interpretações e possibilita uma margem de segurança nas inferências (RAUPP; BEUREN, 2012).

A população de estudo compreendeu todas as empresas listadas na BM&FBovespa e, para a amostra, foram selecionadas as que evidenciaram os relatórios de sustentabilidade nos anos de 2013 e de 2014, resultando em 28 empresas.

Para a realização deste estudo tornou-se necessária a aplicação de indicadores e de variáveis, os quais estão demonstrados no quadro 1.

Indicadores de desempenho	Variáveis
Responsabilidade socioambiental	Total dos investimentos ambientais/receita líquida
Estrutura de propriedade	% de ações dos 3 principais acionistas

Quadro 1 - Indicadores de desempenho e variáveis

Fonte: Elaborado pelos autores.

O Quadro 1 apresentou as variáveis selecionadas para investigar a relação entre a responsabilidade socioambiental e a estrutura de propriedade. Para medir a responsabilidade socioambiental das empresas será utilizado o total dos investimentos ambientais, divididos pela receita líquida e, para a estrutura de propriedade, o % das ações dos três principais acionistas disponibilizados no banco de dados “Economática”.

Para a coleta dos investimentos ambientais e da receita líquida foram utilizados os relatórios de sustentabilidade disponíveis nos respectivos websites das empresas da amostra. Após a coleta dos dados foram realizados o Teste de Levene e o Teste-t para igualdade de médias com o auxílio do Software Statistical Package for the Social Science (SPSS).

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este tópico apresenta os indicadores ambientais, a receita líquida e os investimentos das empresas listadas na BM&FBovespa que apresentaram seus relatórios de sustentabilidade em 2013 e em 2014. Aqui estão contempladas as empresas dos seguintes setores: energia elétrica, finanças e seguros, construção, petróleo e gás, siderúrgicas e metalúrgicas, telecomunicações, papel e celulose, transportes e serviços e outras.

Na Tabela 1 estão evidenciadas as práticas desenvolvidas nos anos 2013 e 2014 das empresas que fazem parte desta pesquisa. Na tabela estão demonstrados os investimentos ambientais, a receita líquida e o indicador ambiental, que é calculado pela divisão dos investimentos ambientais pela receita líquida, para verificar quanto foi investido para cada R\$ 1,00 (um real) da receita líquida. Os dados demonstram que as empresas com os maiores índices em 2013 são, respectivamente, Copasa, Celpe e Oi, e, no ano de 2014, Oi, Copasa e Celpe. Pode-se verificar que apenas alterou-se a ordem das três empresas, mas as mesmas permaneceram na liderança com os melhores indicadores que relacionam os investimentos ambientais à receita líquida.

Observa-se que a empresa Oi apresentou um aumento significativo, passando de um investimento no valor de R\$ 1.664.000 milhões, em 2013, para R\$15.821.813 milhões em 2014. Em seu relatório de sustentabilidade destaca que o aumento brusco se deve ao Programa

de Conservação de Energia, a fim de reduzir o ritmo de crescimento do consumo de energia. Para 2015, a meta é reduzir o orçamento de energia em R\$ 77,8 milhões, o que equivale a uma redução aproximada de 13% no consumo total.

Tabela 1 – Valores dos investimentos, receita líquida e os indicadores das empresas de capital aberto listadas na BM&FBovespa, nos anos de 2013 e de 2014

EMPRESA	RECEITA LÍQUIDA		INVESTIMENTO AMBIENTAL		INDICADOR AMBIENTAL	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014
AES ELETROPAULO	9.012.207.000	10.286.800.000	85.690.000	96.167.000	0,0095	0,0093
AES TIETE	2.336.933.000	3.205.007.000	12.701.000	14.733.000	0,0054	0,0046
AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS	7.635.755.000	9.450.500.000	72.865.000	86.963.000	0,0095	0,0092
BANDEIRANTE ENERGIA	7.096.500.000	8.898.700.000	59.610.000	25.070.000	0,0084	0,0028
BRADESCO	18.646.000.000	19.723.000.000	744.754.000	915.176.000	0,0399	0,0464
CEMAR	1.968.774.000	2.484.218.000	9.183.000	16.390.000	0,0047	0,0066
CIA ELET. EST. DA BAHIA – COELBA	4.903.804.000	5.544.191.000	162.066.000	67.695.000	0,0330	0,0122
CIA ENERG. DE M. GERAIS – CEMIG	14.627.280.000	19.539.578.000	181.300.000	52.838.000	0,0124	0,0027
CIA ENERG. DE PERN. – CELPE	3.227.774.000	3.939.767.000	204.319.000	235.326.000	0,0633	0,0597
CIA ENERG. DO RIO GDE N. – COSERN	1.353.729.000	1.587.674.000	10.928.000	14.958.000	0,0081	0,0094
CIA EST. DE DIST.ENER ELET-CEEE-D	2.263.719.000	2.849.004.000	8.008.000	62.214.000	0,0035	0,0218
CIA EST. GER.T.ENER.ELET-CEEE-GT	735.508.000	589.207.000	5.137.000	3.503.000	0,0070	0,0059
CIA SAN. DE M. GERAIS-COPASA MG	3.714.818.000	4.110.455.000	371.282.000	436.711.000	0,0999	0,1062
CPFL ENERGIA S.A.	14.633.856.000	17.305.942.000	96.454.000	88.548.000	0,0066	0,0051
DURATEX S.A.	3.872.705.000	3.984.507.000	45.048.000	48.588.522	0,0116	0,0122
ELEKTRO – ELET. E SERVIÇOS S.A.	3.549.334.000	4.762.814.000	69.922.000	70.026.000	0,0197	0,0147
ELETROBRAS	23.835.644.000	30.244.854.000	412.079.000	296.076.000	0,0173	0,0098
ENERGIAS BR	7.096.500.000	8.898.700.000	59.600.000	25.100.000	0,0084	0,0028
ENERGISA MT	2.312.967.000	2.637.870.000	733.000	1.351.000	0,0006	0,0005
ENERGISA S.A.	2.804.948.000	8.279.559.000	50.745.000	67.656.000	0,0181	0,0082
GERDAU S.A.	39.863.000.000	42.546.000.000	161.680.000	172.000.000	0,0041	0,0040
JSL S.A.	4.746.500.000	5.539.200.000	4.095.400	4.281.000	0,0009	0,0008
KLABLIN S.A.	4.599.000.000	4.894.000.000	23.928.727	54.726.433	0,0052	0,0112
LIGHT S.A.	7.422.256.000	9.230.370.000	38.872.000	55.374.000	0,0052	0,0060
MRV ENG. E PARTICIPACOES S.A.	3.871.000.000	4.186.000.000	13.100.000	13.900.000	0,0034	0,0033
OI S.A.	28.422.147	28.247.099	1.664.000	15.821.813	0,0585	0,5601
PARANAPANEMA S.A.	5.548.621.000	4.734.359.000	9.446.000	14.494.000	0,0017	0,0031
PETROBRAS	304.890.000	337.260.000	3.323.000	3.277.000	0,0109	0,0097
Mínimo	28.422.147	28.247.099	733.000	1.351.000	0,0006	0,0005
Máximo	39.863.000.000	42.546.000.000	744.754.000	915.176.000	0,0999	0,5601
Média	7.214.730.148	8.564.920.825	104.233.326	105.677.277	0,0170	0,0339
Mediana	4.235.852.500	4.828.407.000	47.896.500	53.782.217	0,0084	0,0087
Desvio padrão	8.533.825.431	9.582.436.263	164.036.680	187.048.811	0,0228	0,1055

Fonte: Dados da pesquisa.

Entre os demais programas da empresa Oi estão a eficiência energética e o controle de materiais, resíduos e emissões. Também, em seu relatório de sustentabilidade constam que a gestão ambiental consolidou-se, em 2014, com a definição da área de Saúde, Segurança e Meio Ambiente (SSMA) para centralizar as iniciativas nesse âmbito. O tema passou a integrar

a Política de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, que visa facilitar a integração e a análise sistêmica das iniciativas a fim de reduzir o consumo de recursos e a pegada ambiental da Companhia, promovidas em todas as áreas.

A Copasa menciona em seu relatório de sustentabilidade que, contribuir para um planeta sustentável, é uma prioridade de sua atuação e dever de todos os cidadãos. Por isto, a empresa investe em ações voltadas à preservação e à recuperação de ecossistemas, como, por exemplo, na manutenção de aproximadamente 25 mil hectares de áreas de proteção de mananciais, na participação em Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas em unidades regionais colegiadas e em ações de educação ambiental. Ainda, adota a abordagem do Princípio da Precaução em seus processos de gestão de riscos corporativos e de educação ambiental e, no planejamento das ações, são analisados fatores relacionados aos riscos à saúde e à segurança das partes envolvidas.

No intuito de adequar os lançamentos indevidos de esgoto e a despoluição dos rios, a Copasa também investe em ações, como: Programa Caça-Esgoto, Programa de Recebimento e Controle de Efluentes Não Domésticos (Precend), Projeto Estratégico Revitalização da Bacia do Rio das Velhas, Programa de Despoluição da Bacia do Rio Paraopeba e Revitalização do Rio São Francisco. Além disso, mantém 15 reservas ambientais no Estado de Minas Gerais, totalizando 24.297 hectares de áreas preservadas, que estão sob vigilância patrimonial permanente.

Já a empresa Celpe monitora os impactos ambientais decorrentes de suas atividades e operações por meio do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), certificado de acordo com a norma ISO 14001. Com base no acompanhamento de indicadores e de acordo com o planejamento estratégico, a companhia desenvolve ações que contribuem para a redução das emissões atmosféricas e da geração de resíduos, bem como a preservação da fauna, da flora e dos recursos naturais. A fim de assegurar que todos os empreendimentos e atividades estejam de acordo com a legislação ambiental nos âmbitos federal, estadual e municipal, a Celpe possui mecanismos que permitem o acompanhamento e o controle da emissão e da renovação de todas as licenças necessárias.

Além disso, a Celpe investe em campanhas educacionais e de conscientização para seus colaboradores, com o objetivo de reduzir o consumo de energia, de água e de outros recursos naturais em seu edifício sede e na execução de suas atividades. Em 2014, 88% dos colaboradores engajaram-se em eventos de educação ambiental, superando a meta de 25% estabelecida para o período. A empresa possui, ainda, programas de controle de queimadas, gerenciamento de resíduos, biodiversidade e emissões.

Também é possível observar que algumas empresas reduziram seus investimentos ambientais em 2014, se comparados a 2013. É o caso da empresa Coelba que, em 2013, se classificou com o quinto maior indicador, mas, em 2014, obteve a maior redução, além das empresas Energisa, Cemig, Eletrobrás e Bandeirante respectivamente. Em contrapartida, as empresas Oi, Ceee-D, Bradesco, Copasa e Klabin apresentaram os maiores aumentos em 2014.

A empresa Ceee-D busca obter seu desempenho ambiental em conformidade com sua política ambiental, que é: “Reconhecer as responsabilidades da empresa frente ao meio ambiente, pautando suas atividades na proteção dos recursos naturais, na busca da melhoria contínua, e no atendimento à legislação e normas aplicáveis”. Menciona, em seu relatório de sustentabilidade, que o cargo mais alto com responsabilidade operacional sobre aspectos ambientais é a Coordenadoria de Meio Ambiente (CMA), estrutura esta criada em junho de 2011, por meio da Resolução de Diretoria RD CEEE-D nº 121-2011.

A CMA está vinculada diretamente à Presidência do Grupo Ceee-D, fato que demonstra o comprometimento da alta gestão com a preservação ambiental, bem como possibilita facilidade na integração com as demais áreas da empresa para a obtenção da melhoria

continua nos processos de controle dos impactos socioambientais. Entre os demais aspectos que a empresa possui gestão estão o consumo de materiais, energia e água, gestão de impactos na biodiversidade, emissões, fluentes e resíduos, entre outros.

Nota-se que as várias práticas de responsabilidade socioambiental das empresas constantes nesta pesquisa, em seus relatórios de sustentabilidade, evidenciaram algumas ações consideradas importantes à sociedade e ao meio ambiente e também têm por essência a diminuição de custos nos processos produtivos nas empresas.

A Tabela 2 apresenta a relação do indicador ambiental com a concentração de capital que visa responder ao objetivo proposto.

Tabela 2 – Estatística descritiva do indicador ambiental e a concentração de capital

	CONC	N	Média	Desvio padrão	Erro padrão da média
IA	1	28	0,033689	0,1049780	0,0198390
	2	28	0,017207	0,0251538	0,0047536

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 2 mostra os resultados segregados em dois grupos separados pela mediana (96%), em que, no grupo 1, estão as empresas com concentração de capital abaixo e, no grupo 2, aquelas com concentração de capital acima da mediana. O indicador ambiental representa o valor de investimento ambiental em relação à receita líquida das empresas e está apresentado de forma detalhada na Tabela 1.

Verifica-se que a média do indicador ambiental das empresas com menor concentração de capital é maior em relação às aquelas com maior concentração de capital. A Tabela 3 apresenta o Teste de Levene e o Teste-t para igualdade de médias.

Tabela 3 – Teste de Levene e Teste-t para igualdade de médias.

	Teste de Levene para igualdade de variâncias	Teste-t para Igualdade de Médias							
						Diferença média	Erro padrão de diferença	95% Intervalo de confiança da diferença	
		F	Sig.	t	df			Inferior	Superior
IA	Variâncias iguais assumidas	2,82	0,09	0,81	54	0,423	0,0164821	0,0204005	-0,024418 0,05738
	Variâncias iguais não assumidas			0,81	30,09	0,425	0,0164821	0,0204005	-0,025176 0,05814

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 3 apresenta o Teste de Levene para verificar a igualdade de variâncias populacionais entre dois grupos e o Teste-t para igualdade de médias. Quando o Teste de Levene se mostrar significativo ($<0,05$), aceita-se as variâncias estatisticamente diferentes, utilizando-se os dados das variâncias iguais não assumidas. Porém, se ele não se mostrar significativo ($>0,05$), aceita-se que as variâncias são homogêneas, utilizando-se os dados das variâncias iguais assumidas (FÁVERO et al., 2009).

Assim sendo, os resultados da Tabela 3 indicam que o Teste de Levene apresentou significância superior a 0,05, permitindo concluir que as variâncias são homogêneas (variâncias iguais assumidas). Já os resultados do Teste-t de igualdade de médias apontaram que o p-value não é significativo, indicando que as médias populacionais não são diferentes (FÁVERO et al., 2009).

De forma geral, os resultados indicam que a média do indicador ambiental (investimentos ambientais/receita líquida) das empresas com menor concentração de capital é maior em relação às empresas com maior concentração de capital, mas não apresentaram resultados diferentes estatisticamente. Estes resultados corroboram o estudo de Almeida et al. (2014), pois os modelos de regressão não apresentaram significância estatística que possibilitasse realizar inferências acerca da relação entre estrutura de propriedade e disclosure econômico e socioambiental.

5. CONCLUSÕES

Esta pesquisa objetivou analisar a relação entre a responsabilidade socioambiental e a estrutura de propriedade das empresas listadas na BM&FBovespa. Para identificar o indicador ambiental foram buscados os valores de investimentos ambientais e a receita líquida das empresas contempladas na amostra.

No ano de 2013, a mediana dos investimentos ambientais em relação à receita líquida foi de 0,0084 e, em 2014, ocorreu um aumento para 0,0087. As empresas com os maiores índices em 2013 são, respectivamente, Copasa, Celpe e Oi, e, no ano de 2014, Oi, Copasa e Celpe. Assim, verifica-se apenas a alteração da ordem das três empresas, mas as mesmas permaneceram na liderança com os melhores indicadores ambientais.

Algumas empresas reduziram seus investimentos ambientais em 2014, se comparados a 2013. É o caso da empresa Coelba que, em 2013, se classificou com o quinto maior indicador, mas, em 2014, obteve a maior redução, além das empresas Energisa, Cemig, Eletrobrás e Bandeirante, respectivamente. Em contrapartida, as empresas Oi, Ceee-D, Bradesco, Copasa e Klabin apresentaram os maiores aumentos em 2014, se comparados a 2013.

Quanto à relação entre a responsabilidade socioambiental representada pela divisão dos investimentos ambientais pela receita líquida e a concentração de capital medida pelo % dos três principais acionistas das empresas da amostra, verificou-se que a média do indicador ambiental daquelas com menor concentração de capital é maior em relação àquelas com maior concentração de capital.

Porém, o Teste de Levene apresentou significância superior a 0,05. Neste caso, as variâncias são homogêneas (variâncias iguais assumidas) e os resultados do Teste-t de igualdade de médias apontaram que o p-value não é significativo, indicando que as médias populacionais não são diferentes. De forma geral, não existe relação significativa entre a responsabilidade socioambiental e a estrutura de propriedade.

Para estudos futuros, sugere-se buscar resultados aprofundados por setor e com um período maior de análise e, também, as razões que influenciam as empresas a ampliar seus investimentos e suas práticas socioambientais e se estas possuem relação com a estrutura de propriedade.

6. REFERÊNCIAS

ALIGLERI, L.; ALIGLERI, L. A.; KRUGLIANSKAS, I. **Gestão socioambiental: responsabilidade e sustentabilidade do negócio**. São Paulo: Atlas, 2009.

- ALMEIDA, T. A.; SANTOS, L. M. F.; CABRAL, A. C. A.; SANTOS, S. M.; SILVA, M. N. M. Estrutura de propriedade e *disclosure* econômico e socioambiental nas maiores empresas do Brasil. In: XVI Engema, 16., 2014. São Paulo-SP. **Anais...** São Paulo: Engema, 2014.
- BALASSIANO, M. G. **Estrutura de propriedade e teoria da agência:** um estudo de empresas brasileiras e seus diferentes tipos de controladores. 2012. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Administração) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresa da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2012.
- BERLE, A. A.; MEANS, G. C. A moderna sociedade anônima e a propriedade privada. **Revista Abril Cultural**, 1. ed, São Paulo, 1984.
- BERTONCELLO, S. L. T.; CHANG, J. J. A importância da responsabilidade social corporativa como fator de diferenciação. **Revista FACOM**, v. 1, n. 17, p. 70-76, 2007.
- BEUREN, I. M.; BOFF, M. L.; HORN, J. E.; HORN, M. A. Adequação da evidenciação social das empresas de capital aberto no relatório da administração e notas explicativas às recomendações da NBC T 15. **Revista de Contabilidade e Organizações – FEA-RP/USP**, v. 4, n. 8, p. 59-68, 2010.
- BRAGA, C.; SANTOS, A.; SILVA, P. P.; NUNES, R. V. A influência da origem do controle acionário no nível de *disclosure* ambiental no setor de energia elétrica no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – ENANPAD, 35., 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2011.
- DANI, A.C.; BECK, F.; SANTOS, P.S. A.; LAVARDA, C.E.F. Análise da estrutura de propriedade das empresas listadas no ISE por meio da aplicação de Redes Sociais. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 7, n. 3, p. 240-258, 2014.
- CARVALHOSA, M. **Comentários à lei de sociedades anônimas:** lei nº 6404 de 15 de dezembro de 1976, com as modificações das leis nº 9457 de 5 de maio de 1997 e nº 10303 de 31 de outubro de 2001. Saraiva: São Paulo, 2003.
- CAIXE, F. D.; KRAUTER, E. A influência da estrutura de propriedade e controle sobre o valor de mercado corporativo no Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças – USP**, v. 24, n. 62, p. 142-153, 2013.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. (1988). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- DÍEZ, J. L. G.; GAGO, R. F.; GARCÍA, L. C. Propriedad y control en la práctica de la RSC. **Cuadernos de Economía y Dirección de la Empresa**, v.15, n.1, p. 1-11, 2011.
- DI DOMENICO, D.; MAZZIONI, S.; GUBIANI, C.; KRONBAUER, N. B.; VILANI, L. Práticas de responsabilidade socioambiental nas empresas de capital aberto de Santa Catarina listadas na BM&FBOVESPA. **Revista Catarinense da Ciência Contábil – CRCSC**, v. 14, n. 42, p 70-84, 2015.
- FÁVERO, L. P. et al. **Análise de dados:** modelagem multivariada para tomada de decisões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- FERREIRA, B. S.; GUERRA J. A. de P. Responsabilidade socioambiental: um olhar sistêmico em uma organização estatal. **Revista Gestão & Conhecimento**, v. 8, n. especial, p. 160-180, 2012.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- INSTITUTO CHICO MENDES. **Anuário**. Disponível em: http://institutochicomendes.org.br/anuario/?page_id=1332. Acesso em: 19 out. 2015.
- LIMA, L. T. **Estrutura de propriedade e de controle e política de dividendos:** evidências das empresas listadas na BM&FBOVESPA. 2014. 120 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul. 2014.

- MAGRO, C. B. D.; DOMENICO, D.; UTZIG, M. J. S.; LAVARDA, C. E. F.; MAZZIONI, S. Responsabilidade social nas empresas listadas na BM&FBovespa. **Revista Gestão & Planejamento**, v. 13, n. 3, p. 746-765, 2012.
- MAZZIONI, S.; DI DOMENICO, D.; ZANIN, A. A evidenciação da prática corporativa de ações de responsabilidade social com o uso do balanço social. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 9, n. 27, p. 43-59, 2010.
- MELO NETO, F. P. **Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.
- NUNES, M. L. F.; NEIRA, M. G. Responsabilidade socioambiental como estratégia de subjetivação dos sujeitos do ensino superior. **Revista Linhas**, v. 15, n. 29, p. 463-480, 2014.
- RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, I. M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 92-93.
- RODRIGUES, A. D. **A estrutura de propriedade como mecanismo de governança no Brasil**. Caderno Profissional de Administração - UNIMEP, Mestrado Profissional e Doutorado em Administração, 2014.
- RODRIGUES, M. G.; COSTA, F. J. P. Qualidade, sustentabilidade e responsabilidade social corporativa. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v.4, n.1, p. 144-154, 2013.
- SILVA, D. R. D.; BONELLA, L.; ISOTTON, L.; FONSECA, V. V.; OLIVEIRA, S. M. D. Contabilidade e responsabilidade socioambiental. **Revista RAC**, v. 17, n. 3, art. 6, p. 368-396, 2013.
- SILVEIRA, A. D. M. D.; BARROS, L. A. B. D. C.; FAMÁ, R. Atributos corporativos e concentração acionária no Brasil. **Revista RAE**, v. 48, n. 2, p. 51-66, 2008.
- SILVEIRA, A. M. **Governança corporativa e estrutura de propriedade: determinantes e relação com o desempenho das empresas no Brasil**. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- SOUZA, M. T. S. D.; RIBEIRO, H. C. M. Sustentabilidade ambiental: uma meta-análise da produção brasileira em periódicos de administração. **Revista RAC**, v. 17, n. 3, p. 368-396, 2013.
- TRISTÃO, V. T. V.; TRISTÃO, J. A. M.; LARUCCIA, M. M.; RODRIGUES, A. P. Responsabilidade socioambiental nas organizações: desenvolvimento de parcerias na educação ambiental. **Revista UNIABEU Belford Roxo**, v. 6, n. 14, p. 275-289, 2013.